**CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: ESTADO DO CONHECIMENTO NO PERÍODO DE 2012 A 2018**

**Elenilson Evangelista da Silva**

Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia-FAPESB

[lenepedagogo@gmail.com](mailto:lenepedagogo@gmail.com)

**Benedito Gonçalves Eugenio**

Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2009). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN).

[beneditoeugenio@bol.com.br](mailto:beneditoeugenio@bol.com.br)

**Andrea Santos Oliveira**

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Docente da Educação Básica na Rede Municipal de Porto Seguro-Ba.

[Cores1ba@hotmail.com](mailto:Cores1ba@hotmail.com)

**Zelânia do Carmo Silva**

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Coordenadora pedagógica da Rede Estadual da Bahia

[Zelania.silva@educa.ba.gov.br](mailto:Zelania.silva@educa.ba.gov.br)

**Resumo**

Este texto analisa os artigos publicados na revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros- ABPN no período compreendido de 2012 a 2018, no que diz respeito ao currículo na educação escolar quilombola. É um estudo qualitativo do tipo estado do conhecimento. No levantamento geral dos trabalhos foram localizados trinta e um (31) trabalhos que abordam a temática. Empregando os critérios de exclusão, ficaram treze artigos para serem analisados. A leitura flutuante do material levou-nos à organização de três categorias: 1) Educação Escolar Quilombola e currículo; 2) Educação Quilombola e identidades; 3) Educação Escolar Quilombola e práticas pedagógicas. O artigo se apoiará nas teorias críticas; com base na teoria de Bernstein.

**Palavras-chaves:** Currículo; Educação Escolar Quilombola; Estado do conhecimento.

**Introdução**

A metodologia utilizada é bibliográfica, do tipo estado do conhecimento. Para Morosini e Fernandes (2014. p.155), “*estado de conhecimento* é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção cientifica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”.

Compreendemos que

O Estado de Conhecimento possibilita uma visão ampla e atual dos movimentos da pesquisa ligados ao objeto da investigação que pretendemos desenvolver. É, portanto, um estudo basilar para futuros passos dentro da pesquisa pretendida. Permite-nos entrar em contato com os movimentos atuais acerca do objeto de investigação, oferecendo-nos uma noção abrangente do nível de interesse acadêmico e direcionando, com mais exatidão, para itens a ser explorados – reforço de resultados encontrados oucriação de novos ângulos para o tema de estudo – abrindo assim, inúmeras

oportunidades de enriquecimento do estudo. Nesse sentido, a construção do

Estado de Conhecimento, fornece um mapeamento das ideias já existentes, dando-nos segurança sobre fontes de estudo, apontando subtemas passíveis de maior exploração ou, até mesmo, fazendo-nos compreender silêncios significativos a respeito do tema de estudo. (MOROSINI e FERNANDES 2014, p.158).

Este texto analisa os artigos publicados pela Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros- ABPN, no período compreendido de 2012 a 2018, no que diz respeito ao currículo na educação escolar quilombola. Tomamos esse recorte pelo fato de as diretrizes serem instituídas no referido ano de 2012.

**Material e método**

O estado do conhecimento é uma produção cientifica que nos permite efetuar o levantamento da produção de determinada área do conhecimento ou temática, a fim de identificar as principais abordagens, teorias, autores utilizados e conclusões a que as pesquisas tem chegado.

Santos e Coelho (2016, p.114) apontam que:

[...] as pesquisas do tipo “estados da arte” ou “estado do conhecimento” possibilitam a efetivação de um balanço da produção acadêmica de uma determinada área. Para ela, [...] os mapeamentos são pesquisas em processo de contínua renovação, avaliação, modificação, verificação, já que é a partir deles que novos estudos podem ser pensados.

Para o mapeamento, valemo-nos da produção da Revista da ABPN, publicação quadrimestral, editada pela Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e cujo objetivo é divulgar a produção cientifica sobre a temática das relações étnico-raciais em diferentes campos do conhecimento.

Os seguintes procedimentos foram adotados para a seleção dos textos: Levantamento dos artigos; leitura flutuante de cada artigo, leitura exaustiva dos artigos selecionados, e analises dos mesmos. Os descritores utilizados foram: currículo, diretrizes curriculares, educação quilombola, educação escolar quilombola. Dentre os critérios de inclusão foram analisados apenas os artigos em língua Portuguesa que abordam questões do currículo para a modalidade da educação escolar quilombola publicados no período 2012-2018.

O artigo se apoia nas teorias críticas de currículo. Segundo Macedo (2012, p. 38) ao

desconfiar do status quo, essa teorias vão direcionar seus olhares críticos sobre as iniquidades sociais e injustiças. Com isso, é pertinente questionar por que a valorização e aceitação da cultura europeia/ocidental em detrimento da africana/ oriental?

No levantamento geral dos trabalhos, foram localizados 31 artigos que discorrem sobre quilombo, fizemos uma filtragem daqueles que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola e da Educação Escolar Quilombola, ficando treze (13) a serem analisados. Conforme a tabela a seguir

|  |  |
| --- | --- |
| **Ano** | **Quantidade** |
| 2012 | 2 |
| 2013 | 1 |
| 2014 | 0 |
| 2015 | 0 |
| 2016 | 8 |
| 2017 | 1 |
| 2018 | 0 |

Após esse levantamento, faremos uma breve discussão sobre currículo embasado na teoria de Bernstein e logo em seguida passaremos a fazer uma análise dos textos selecionados a partir de três categorias, quais seja: 1) Educação Escolar Quilombola e currículo; 2) Educação Quilombola e identidades; 3) Educação Escolar Quilombola e práticas pedagógicas.

**Resultados e discussões**

Macedo (2012) aponta que o termo currículo como campo de estudos que surge nos Estados Unidos, no início do século XX. Afirma que o “lexema currículo, proveniente do étimo latino *currere,* significa caminho, jornada, trajetória, percurso” (MACEDO, 2012, p. 22).

O autor ainda compreende:

O currículo como uma ‘tradição inventada’ (GOODSON, 1998), como um artefato socioeducacional que se configura nas ações de conceber/ selecionar/ produzir, organizar, institucionalizar, implementar/ dinamizar saberes, conhecimentos, atividades, atividades, competências e valores visando uma ‘dada’ formação, configurada por processos e construções constituídos na relação com *conhecimento eleito como educativo.*(MACEDO, 2012, p.24).

Ao discutir o currículo como um artefato dinâmico e complexo, o autor o concebe com a ideia de *trajetória , itinerância e errância*, ademais na pratica pedagógica ele bifurca, sendo

inventado e transformado, de acordo com as realidades sociais e educacionais.

Historicamente há uma luta do movimento negro, sobretudo dos quilombolas para a

determinação de um de currículo diferenciado e específico. Nesse sentido, o Ministério da Educação e Cultura- MEC, o Conselho Nacional de Educação - CNE, e a Câmara de Educação Básica-CEB institui por meio da Resolução número 08 de 20 de novembro de 2012 as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola. O inciso II do artigo 9º do referido documento define a Educação Escolar quilombola como “escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas”.

As proposições para o currículo da educação escolar quilombola estão presentes nos artigo 34º a 39º. Conforme o artigo 35º:

Art. 35º. O currículo da Educação Escolar Quilombola, obedecidas as Diretrizes Nacionais definidas para todas as etapas e modalidades de Educação Básica:

I-garantir ao educando o direito o conceito, a história dos quilombos no Brasil, protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas ;

II- implementar a educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos termos Lei nº 9394/96, na redação dada pela Lei nº 10.639/2003 e da Resolução CNE/ CP nº 1/2004;

III - reconhecer a história e a cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional, considerando as mudanças, as recriações e as ressignificações históricas e socioculturais que estruturam as concepções de vida dos afro-brasileiros na diáspora africana;

IV - promover o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura afro-brasileira e africana ressignificada, recriada e reterritorializada nos territórios quilombolas;

V- garantir as discussões sobre identidade, a cultura e a linguagem, como importantes eixos norteadores;

VI - considerar a liberdade religiosa como princípio jurídico, pedagógico e político atuando de forma a:

a) superar preconceitos em relação às práticas religiosas e culturais das comunidades quilombolas, quer sejam elas religiões de matriz africana ou não;

b) proibir toda e qualquer prática de proselitismo religioso nas escolas.

VII - respeitar a diversidade sexual, superando práticas homofóbicas, lesbofóbicas, transfóbicas, machistas e sexistas nas escolas. (BRASIL, 2012).

Nesses termos, fica evidente que a Educação Escolar Quilombola valoriza as práticas curriculares relacionadas diretamente com os conhecimentos e saberes presentes no interior das comunidades, enfatizando sua história, cultura e modo de viver.

Compreendemos que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola constituem uma política a ser recontextualizada nos níveis meso e micro. Sobre o

nível meso, Mainardes (2018, p.423) conceitua que “é o nível de recontextualização, onde um texto (no caso, o texto da política) atravessa a sua primeira transformação (...)”. A recontextualização do conhecimento, como afirma o autor, “é realizada no âmbito do Estado (como, por exemplo, em secretarias de educação) ou pelas autoridades educacionais, periódicos especializados de educação, instituições de formação de professores, entre outros.” Recontextualizações da proposta da educação escolar quilombola nesse nível podem ser identificadas nos textos que tratam da formação de professores, tais como Georgina Helena Lima Nunes (2016); Dayana Doria Vieira e Maria Alice Rezende Gonçalves(2016); Roberto de Souza Santos (2016); Creusa Barbosa dos Santos Trindade e Rosália Maria Ribeiro Aragão(2016); Maria Clareth Gonçalves Reis (2016).

O nível micro se articula com os níveis macro e mesmo. Nele:

Os processos de recontextualização e reprodução que ocorrerem nas salas de aula, por meio da atuação pedagógica das professoras. No contexto de recontextualização, as ideias criadas no campo da produção do discurso (que é produzido fora do contexto de recontextualização) não são simplesmente colocadas em prática ou reproduzidas, mas são repensadas, modificadas e até mesmo alteradas. (...) O contexto da prática é onde os sujeitos interpretam a política e a colocam em ação. No contexto da prática, a política está sujeita a processos de recontextualização, pois “[...] a política precisa ser reconstruída e recriada em relação ao contexto” (ALFERES e MAINARDES, 2018, p. 423; 427).

Na pesquisa realizada percebemos que muitos trabalhos que abordam sobre esse nível, a exemplo de Josemar Oliveira Purificação (2012); Aparecida de Jesus Ferreira (2012); Shirley Aparecida de Miranda (2016); Georgina Helena Lima Nunes (2016); Dayana Doria Vieira e Maria Alice Rezende Gonçalves (2016); MariaWalburga dos Santos (2016); Creusa Barbosa dos Santos Trindade (2016); Silvani dos Santos Valentim e Eliete; Maria Clareth Gonçalves Reis. Alguns demonstram que o currículo para a educação escolar quilombola tem de fato se efetivado, mas ainda há muito que se avançar, os desafios mais pontuados foram que abordam pouco os conteúdos sobre a temática especifica; tem pouco material didático e falta de formação inicial e continuada.

Vale ressaltar que por mais que esses níveis aconteçam de forma hierárquica, sendo primeiro pensado a politica, depois sua recontextualização e, por último, sua interpretação e reprodução, eles não acontecem de forma isolada, mas sim articulados. Os trabalhos de maneira geral tratam sobre a Educação Escolar Quilombola discutindo sobre currículo, identidade, memoria, movimentos e prática pedagógicos, como passamos a analisar, a seguir.

**1.Educação escolar quilombola e currículo**

O artigo “Luta, Vivência e Lei: Aportes para refletir um projeto de educação escolar

com perspectivas quilombolas”, de Josemar Oliveira Purificação (2012), traz um panorama da situação educacional voltada para a população negra, demonstrando uma história de negação de direitos e discriminação desses povos, sobretudo para os quilombolas. O autor declara quão complicado é para se efetivar uma educação em que esses sujeitos sejam protagonistas quando o sistema sócio-político sempre foi europeizado. Ele faz um estudo numa escola do quilombo Rio das Rãs, no município de Bom Jesus da Lapa-Ba, demonstrando que nas práticas pedagógicas dos (as) professores (as) pouco abordam os conteúdos dessa temática, inviabilizando nesse sentido, a história e cultura dessas pessoas.

O artigo intitulado “Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na Lei 10.639/03” de Petrônio Domingues e Flávio Gomes faz uma revisão histórica sobre as experiências dos quilombolas no Brasil, demonstrando a luta dessa população pelo direito à terra, desde o período da escravidão, passando pelo período da pós-emancipação até os dias atuais. A luta direitos constitucionais, instituídos pela Constituição Federal de 1988 por meio do artigo 68 reivindica melhorias e estabelecimento de politicas públicas no que diz respeito à saúde, educação, moradia.

No artigo “Conhecimentos Tradicionais, Ensino de História e desenvolvimento: Educação Escolar Quilombola em debate” Leandro Santos Bulhões de Jesus e Patrícia de Barros Marques iniciam listando os documentos históricos que evidenciam que o Estado brasileiro impediu os negros do acesso à escolarização formal, tais como o Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854 e o Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878. Somente em 1988, com a Constituição Federal, é que a educação é instituída como direito de acesso e permanência de todos. Ainda sobre os marcos legais, os autoreas são contundentes em dizer que

Embora existam marcos legais para combater o racismo, a discriminação e o preconceito na educação, como as Leis 10.639/2003 e 11.645/08– que tornaram obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nas escolas públicas e privadas – existem ainda dinâmicas sociais alicerçadas em interesses pautados em racionalidades reducionistas que impedem a plena efetivação e legitimação de projetos de educação pluriétnicas e pluraciais. “(p.4-5)”.

Os autores pontuam que as Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola no artigo 38 considera importante a construção do projeto politico pedagógico, o

documentos consideram também importante uma formação diferenciadas para o professor. É preciso ainda levar em conta a gestão e os materiais didáticos pedagógicos. Procedendo dessa forma, as história, memória, identidade bem como o modo como os quilombolas desenvolve

seus conhecimentos torna se valorizados, fazendo se parte de um currículo pluriétnico.

**2.Educação quilombola, história e identidades**

O artigo “Dilemas do reconhecimento: a escola quilombola ‘que vi de perto’”, de Shirley Aparecida de Miranda, discute a educação escolar quilombola no Vale da Jequitinhonha, em Minas Gerais, se apropriando dos conceitos de quilombo, territórios e identidade como um imbricado ao outro. A autora demonstra um elo entre as praticas pedagógicas com tais conceitos:

A luta pelo reconhecimento de direitos quilombolas é intrinsecamente ligada à luta pelo território e nos oferece uma releitura acerca da representação espacial que atores estabelecem. (...) A escola insere-se nesse território e pode assumir uma função social específica no compartilhamento de códigos e símbolos. Foi possível identificar essa emergente dinâmica da educação escolar quilombola num caso específico, o da Escola Estadual Santo Isidoro, que integra a vila de mesmo localizada no município de Berilo.(...) A instituição escolar emerge como *lócus* de promoção de desenvolvimento social e político ao apoiar alternativas de sobrevivência e reforçar a identidade étnico-racial. Na escola promove-se por um deslocamento do foco de enunciação da narrativa histórica que possibilita a repolitização de histórias proferidas pela voz dos subalternos como parte do processo de reconhecimento. (Miranda, 2016 p. 11 e 18)

O artigo “Educação escolar quilombola: processos de constituição e algumas experiências”, de Georgina Helena Lima Nunes, apresenta o histórico processo para a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação quilombola, que tem por iniciativa o movimento negro, e o movimento quilombola quem vem lutando ao longo do tempo por seus direitos, sobretudo por educação e por sua auto identificação territorial, o que para a autora são lutas indissociáveis.

Nunes vivencia por meio da pesquisa, ensino e extensão o processo implementação das politicas curriculares para a educação quilombola no contexto do sul e norte do país-escolas do Estado do Pará, Paraná e Rio Grande do Sul. A autora defende que para se efetivar a educação escolar quilombola é preciso considerar a identidade dos sujeitos, bem como promover formação docente e fornecer materiais didáticos.

O artigo de Roberto de Souza Santos intitulado “Educação Escolar, território e cultura quilombola: experiências, pesquisas e vivências”, demonstra que o conceito de quilombo vem se modificando ao longo do tempo. Em seguida, o autor apresenta o histórico das comunidades de Goiás e Tocantins em que o trabalho girava em torno da mineração , porém com a decadência do ouro, essas comunidades passaram a sobreviver por meio da agricultura rudimentar.

O autor apresenta os resultados de uma pesquisa-formação sobre Educação Escolar Quilombola realizado em duas comunidades no Estado do Tocantins, nos anos de 2014 e 2015. O curso abordou acerca da historia e cultura dos afrodescendentes e afro-brasileiros. Nesse sentido, pensando a escola propôs “aos cursistas a compreensão e elaboração de um Projeto Político-Pedagógico condizente com a realidade dos alunos das escolas e das comunidades quilombolas”.

O curso de uma forma especifica buscou debater e compreender a Educação Escolar Quilombola “destacando temas como a cultura, a religiosidade, as tradições, a oralidade, a memória, a ancestralidade, o mundo do trabalho, o etno-desenvolvimento, a estética, as lutas pela terra e pelo território.” (SANTOS, 2016, p.22). Abordou ainda “os temas transversais que constam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (10.639/03) e nos PCNs, confrontando com as realidades diárias das escolas e com o cotidiano dos professores da rede pública de ensino.

No artigo “Educação quilombola: nas trilhas com as crianças e o lúdico”, Santos (2016) tem como foco da pesquisa a educação das crianças quilombolas, o lúdico e seus processos de interação no interior da comunidade. A autora observa que o lúdico faz parte da comunidade de Bombas tanto na fase infantil, adulta e idosa, entre homens e mulheres, perpassando pelo trabalho, escola e pelas relações do cotidiano, essa ludicidade pode ser observada, por exemplo, na realização das datas comemorativas e festas, narrativas.

Sobre a escola no quilombo, Santos (2016, p.23) afirma que não está articulada com o currículo da modalidade da educação quilombola, pois “trabalhavam com apostila que toda a rede municipal utilizava e que não dialogava com a realidade quilombola. Nas salas de aula, pouco material didático, poucos livros de referência, nenhuma bibliografia formativa para os professores.A autora conclui pontuando que é possível fortalecer a educação quilombola ao trabalhar o lúdico com as crianças. Assim sendo os jogos, brincadeiras e brinquedos pode se relacionar com o currículo quilombola, no intuito de se fazer uma escola que valorize sua cultura e suas especificidades.

No artigo “Educação escolar quilombola: proposta de uma educação diferenciada”, Maria Clareth Gonçalves Reis (2016) propõe refletir sobre a importância da implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) nos estabelecimentos de ensino situados em áreas remanescentes de quilombos, reflete sobre outros dispositivos legais que colaboram com a implementação das referidas diretrizes focando a necessidade da formação inicial e continuada de professores/as que atuam em áreas quilombolas.

A autora pontua que os direitos dos quilombolas bem como dos indígenas são ínfimos. Nesse contexto de avanços e retrocessos, Reis (2016, p.7) analisa “alguns dispositivos legais, dentre eles o Art. 26-A da LDB 9394/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola para a compreensão da problemática quilombola no Brasil.”

Em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a autora destaca algumas proposições que inserem a questão da educação quilombola. Reis (2016, p.12) afirma que o fato de alguns professores não ser quilombolas e algumas escolas não possuir o projeto politico pedagógico “pode prejudicar a inclusão de conteúdos que tratem das especificidades das comunidades no cotidiano escolar, como suas origens e memórias, tradições culturais, sociais, lutas e mobilizações políticas etc.”

**3.Educação escolar quilombola e práticas pedagógicas**

O artigo “O professor de Língua Inglesa e o aluno quilombola: letramento crítico e formação de professores”, resultado da pesquisa de mestrado de Málbia Camargo, discute a possibilidade de o professor de língua inglesa trabalhar com as questões raciais, valorizando nesse sentido a identidade e o modo de vida dos quilombolas, no entanto muitos profissionais não o trabalham nessa perspectiva por considerar apenas a cultura estadunidense.

Dayana Doria Vieira e Maria Alice Rezende Gonçalves no artigo intitulado “Educação escolar no quilombo Santa Rita do Bracuí: avanços e desafios”, as autoras contundentemente afirmam que a educação quilombola:

Ademais para pensar a consolidação de uma educação quilombola de qualidade não basta apenas abordar as questões que envolvem a prática docente, mas sim um conjunto de fatores que visam subsidiar essa modalidade de ensino. Tal como o traçado das políticas públicas que contempla este tipo de educação, os cursos de extensão e aperfeiçoamento dos docentes, as estruturas das escolas quilombolas e os financiamentos e programas governamentais destinados a elas. O caminho é longo, porém já conseguimos avançar em alguns pontos com os documentos oficias do Estado que reconhece o direito desses grupos de gozarem dos diversos

serviços sociais como saúde, educação, moradia, entre outros “(p.22)”.

No artigo “Educação Escolar Quilombola em Belo Horizonte” Silvani dos Santos Valentim e Eliete Pereira de Paula abordam as características das três comunidades estudadas – Luizes, Mangueira, e Manzo Ngunzo Kaiango, todas estão localizadas no território urbano. As autoras desenvolveram uma pesquisa-ação nas escolas dessas comunidades por meio do Programa de Extensão Proext–SESu/MEC intitulado Educação Escolar Quilombola na Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte.

Valentim e Paula (2016, p.09) evidenciaram que:

A manutenção do território é uma luta comuns destas três comunidades quilombolas à medida que se veem forçadas continuamente a mudarem as suas práticas sociais tradicionais, o que caracteriza uma violação dos seus direitos sociais, políticos econômicos e culturais. É importante enfatizar que a vida social destas comunidades articula-se ao processo de urbanização da cidade de Belo Horizonte.

No artigo “Educação escolar quilombola: interfaces, travessias e fronteiras da prática da pedagógica”, Creusa Barbosa dos Santos Trindade e Rosália Maria Ribeiro Aragão analisam a prática pedagógica em uma escola de ensino fundamental localizada na comunidade de Macapazinho, em Santa Izabel, Pará. Ao analisar as práticas pedagógicas voltadas para a modalidade da educação escolar quilombola, as autoras reflete sobre a necessidade dos professores conhecerem os documentos que orienta tais práticas. No entanto, no lócus da pesquisa as autoras constataram que as praticas curriculares para a educação escolar quilombola não se efetiva, que a temática é tangenciada apenas em datas comemorativas, ficando assim aquém de um currículo que contemple a diversidade. O motivo pelo qual as professoras não trabalham com as relações raciais é por falta de formação inicial e continuada.

**Considerações finais**

De modo geral, os artigos discutem sobre o conceito de quilombo como um termo que vem mudando o significado ao longo do tempo e dos espaços, haja vista que no século XXI não se pode referir a esse termo como um lugar isolado, sem contato com sociedade e as tecnologias. Essa ideia já foi superada pela historiografia sobre a temática.

Além de garantir o direito ao reconhecimento do território, é imprescindível que se faça valer outros direitos fundamentais que está previsto na Constituição Federal de 1988, como o direito a educação, saúde, segurança, etc. os artigos ora analisados refletem também sobre essas nuances, colocando a educação como fio condutor das discussões.

As discussões presentes nos artigos apontam fortemente para a necessidade de um currículo pluriétnico. O currículo é abordado na quase totalidade por meio de conceitos das teorias críticas articulados com alguns elementos das teorias pós-críticas, principalmente aquelas relacionadas ao multiculturalismo crítico.

Os trabalhos publicados apresentam resultados de pesquisas realizadas em diferentes estados da federação: Bahia, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará, Tocantins e São Paulo e refletem sobre os avanços e desafios da prática pedagógica e a necessidade de uma formação diferenciada para o professor, assim como a produção de materiais didáticos pedagógicos que considerem as especificidades dessa modalidade educativa.

Em alguns trabalhos evidenciamos também que a escola está articulada com as realidades das comunidades, que é o que propõe as diretrizes curriculares para a educação escolar quilombola, por meio de memórias, histórias, tradições, identidades, jogos, festas, oralidade e corporeidade. No entanto, outros trabalhos demonstram um distanciamento dos professores com o currículo especifico.

Visualizamos alguns avanços, por outro lado, estão posto os desafios, haja vista para se efetivar tal modalidade curricular é importante levar em conta os contextos em que as comunidades estão inseridas, materiais didáticos, bem como a formação inicial e continuada de professores que os sensibilize o quão necessário é valorizar um currículo que trabalhe com as singularidades e diferenças, valorizando, nesse sentido, uma educação equânime e de qualidade.

**Referências**

ARAGÃO, Rosália Maria Ribeiro e TRINDADE, Creusa Barbosa dos Santos. Educação Escolar Quilombola: interfaces, travessias e fronteiras da prática da pedagógica. **Revista da ABPN** , v. 8, n. 18, nov. 2015 – fev. 2016, p.280-295.

BERNSTEIN, B. **A estruturação do discurso pedagógico:** classe, códigos e controle. Vozes: Petrópolis, 1996.

BRASIL. **Resolução N° 8, de 20 de novembro de 2012**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília: CNE/CEB, 2012.

CAMARGO, Málbia; FERREIRA, Aparecida de Jesus**.** O professor de língua inglesa e o aluno quilombola: letramento crítico e formação de professores. **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, p.192-210, jul.–out. 2012.

DOMINGO, Petrônio; GOMES, Flavio. Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/03. **Revista da ABPN,** v. 5, n. 11, p.05-28, jul.- out. 2013.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo**: campo, conceito e pesquisa. 5 ed. Revista e atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MIRANDA, Shirley Aparecida. Dilemas do reconhecimento: a escola quilombola “que vi de perto”. **Revista da ABPN**, v. 8, n. 18, p.68-98, nov. 2015 – fev. 2016.

MOROSINI, Costa Marília; FERNANDES; Cleoni, Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014.

NUNES, Georgina Helena Lima Nunes. Educação Escolar Quilombola: processos de constituição e algumas experiências. **Revista da ABPN**, v. 8, n. 18, p.107-131, nov. 2015 – fev. 2016.

PAULA, Eliete Pereira de; VALENTIM, Silvani dos Santos. Educação Escolar Quilombola em Belo Horizonte. Revista da ABPN, v. 8, n. 19, p.140-155, mar. -jun. 2016.

PURIFICAÇÃO, Josemar Oliveira. Luta, vivência e lei: aportes para refletir um projeto educação escolar com perspectivas quilombolas. **Revista da ABPN**, v. 3, n. 6, p.47-60, nov. 2011 – fev. 2012.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. Educação escolar quilombola: proposta de uma educação diferenciada. **Revista da ABPN**, v. 8, n. 19, p.121-139, mar. 2016 – jun. 2016.

SANTOS, Raquel Amorim dos; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Política curricular e relações raciais: o estado da arte nas produções da ANPEd. **Revista da ABPN,**  v. 8, n. 20, p.111-134, jul. 2016 – out. 2016.

SANTOS,Maria Walburga dos Santos. Educação quilombola: nas trilhas com as crianças e o lúdico. **Revista da ABPN**, v. 8, n. 18, p.185-214, nov. 2015 – fev. 2016.

SANTOS, Roberto de Souza. Educação escolar, território e cultura quilombola: experiências, pesquisas e vivências. **Revista da ABPN**, v. 8, n. 18, p.156-184, nov. 2015 – fev. 2016.

VIEIRA, Dayana Doria; GONÇALVES. Educação escolar no quilombo Santa Rita do Bracuí: avanços e desafios. **Revista da ABPN**, v. 8, n. 18, p.132-155, nov. 2015 – fev. 2016.